

# Sobre Pierre Bourdieu. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle* (1972), Genebra/Paris, Droz

José Madureira Pinto

1. Como se depreenderá da leitura do mapa anexo a este livro<sup>1</sup>, onde, a par dos principais marcos biográficos da primeira parte da carreira de Pierre Bourdieu, são identificados os mais relevantes trabalhos de sua autoria publicados nesse período, o livro que aqui se comenta – *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle* (Bourdieu, 1972) – foi dado à estampa:

a) cerca de uma década depois da edição dos primeiros estudos dedicados pelo autor à análise etno-sociológica da sociedade argelina;

b) um par de anos após a publicação de *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement* (Bourdieu, Passeron, 1970), obra na qual, em colaboração com Jean-Claude Passeron, Pierre Bourdieu aborda, em termos surpreendentemente inovadores, os processos de reprodução socio-simbólica e de confirmação classista que, ainda que de modo implícito, acompanham a extensão da escolarização nas sociedades contemporâneas;

<sup>1</sup> Elaborado com base nas “*Repères bio-bibliographiques*” incluídas em Pinto, Sapiro e Champagne (2004) e *Pierre Bourdieu, une bibliographie* de Delsaut e Rivière (2022).

c) quatro anos após a publicação de *Le métier de sociologue* (Bourdieu, Passeron, Chamboredon, 1968), primeiro grande e disruptivo manifesto, elaborado em colaboração com o mesmo Jean-Claude Passeron e ainda com Jean-Claude Chamboredon, no qual Pierre Bourdieu aborda criticamente alguns dos quadros epistemológicos convencionais das Ciências Sociais.

2. Em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Pierre Bourdieu propõe, a pretexto da análise de alguns mecanismos simbólico-ideológicos mobilizados nos processos de transformação econômica e social em curso na Argélia nos anos de guerra e de transição revolucionária para a independência, não apenas um conjunto de conceitos teóricos inovadores que serão retomados e aprofundados ao longo de toda a sua obra no quadro de progressiva construção de uma *teoria da prática*, como ainda uma formulação *meta-teórica* acerca dos modos de conhecimento ao alcance das Ciências Sociais cuja explicitação e análise comparativa valia a pena, segundo o sociólogo francês, especificar.

No texto de Virgílio Borges Pereira sobre o *Esquisse* incluído neste volume são identificadas as principais referências e balizas de inspiração filosófica que, no percurso acadêmico de Pierre Bourdieu, terão contribuído para fundamentar e estruturar a proposta epistemologicamente revolucionária trazida pelo livro.

Tentando agora sistematizar as linhas gerais desta última, dir-se-á que ela se baseia na distinção entre o que o autor considera serem três grandes "*modos de conhecimento*" acionáveis na área disciplinar sob escrutínio:

a) O **Modo de Conhecimento Fenomenológico (MCF)**, o qual pressupõe uma crença na capacidade espontânea dos indivíduos/atores sociais para decifram as condições da sua existência, avaliarem adequadamente as situações com que se confrontam e traçarem com autonomia o seu próprio destino.

Aderir acriticamente a semelhante crença conduzirá a aceitar o senso comum e os saberes correspondentes como constituindo a forma de conhecimento sobre a realidade social mais genuína e fiável – o que equivale a "ceder" ao "obstáculo" empirista, tal como, *grosso modo*, surge caracterizado no quadro da concepção epistemológica bachelardiana.

b) O **Modo de Conhecimento Objetivista (MCO)**, o qual, assumindo a exigência de *rutura* com o saber espontâneo dos atores e as “falsas evidências de senso comum” que lhe estão associadas, promove a *construção* de uma rede de conceitos e relações conceptuais com coerência teórica e adequação empírica asseguradas, na convicção de que só através dela (e dos instrumentos por ela sugeridos) será possível dar conta das determinações (“objetivas”) das práticas dos agentes.

Trata-se de afirmar, desse modo, o primado, no plano epistemológico, da teoria em relação aos “dados” da experiência, considerando que a problematização (teoricamente fundamentada, presume-se) sobre o real determina o modo como este é empiricamente apropriado (o “vetor do conhecimento”, diz-se na perspectiva bachelardiana globalmente subscrita por Pierre Bourdieu no *Métier de Sociologue*, vai do racional para o real).

c) O **Modo de Conhecimento Praxeológico (MCP)**, o qual, adotando, em nome do necessário combate contra as ilusões e crenças espontâneas do senso comum, a exigência de objetivação teórico-conceptual assumida pelo MCO, faz, no entanto, questão de identificar os “efeitos perversos” que a este tendem a associar-se, enunciando, por outro lado, os termos em que poderá consumir-se uma segunda *rutura* epistemológica capaz de os superar. Recusando contribuir para converter objetos e regularidades codificadas na e pela teoria em regularidades *realmente* “observadas” (no sentido de “aplicadas” ou “cumpridas”), trata-se, nesta perspectiva, de recusar que se tomem como lógicas práticas comumente assumidas pelos agentes sociais o que, afinal, mais não são do que lógicas (abstratas) construídas *no plano do conhecimento* para delas dar conta – uma precaução que, no entanto, não deve implicar que se prescindia de levar a sério e consumir plenamente “a primeira *rutura*” (com o MPF).

Trata-se, neste terceiro modo de conhecimento, de, resistindo a regressar ao espontaneísmo eventualmente gratificante, mas falacioso, da mera colagem aos saberes

convencionais alegadamente acionados pelos agentes na sua prática corrente (e como tal por eles expressamente declarados), procurar superar também o formalismo e a tentação escolástica que, por inércia intelectual ou em razão de estratégias de distinção e de acumulação de poder simbólico nos espaços socioinstitucionais de produção de saber envolvidos, podem ser induzidos, na prática científica, pelo modo de conhecimento objetivista.

**3.** Para alguém, como o autor destas linhas, que estava a entrar em contacto com o *Métier de Sociologue* e o *Esquisse* no decurso de um processo de aprendizagem que ambicionava promover uma conversão acelerada da sua formação académica de base em Economia e Gestão na aquisição, tanto quanto possível estruturada, das ferramentas fundamentais do ofício de sociólogo, a leitura destas duas obras teve o efeito de uma espécie de bomba de fragmentação epistemológica (e, até certo ponto, existencial).

Assim, por exemplo, uma questão como: *“Em que consiste o valor de um bem?”*, à qual, na história da Ciências Económicas, foi correspondendo um vasto e, em muitos aspetos, assaz elaborado conjunto de respostas depressa arrumadas na gaveta de certezas indiscutidas com que qualquer formação académica convencional tende a municiar os seus aprendizes, tornava-se, à luz da leitura dos dois livros acima referidos, um enigma envolto em interrogações e dúvidas tão insuspeitadas como incómodas. Perante o heterodoxo guião epistemológico que assim se entreabria, como não submeter as “certezas” a respeito do “valor de um bem” a um questionamento sistemático estruturado em novos moldes?

Sabe-se que, desde as mais abstratas discussões teóricas em torno do Valor que emergiram nos grandes momentos do desenvolvimento da Economia (por exemplo, as que opuseram as “Teorias do Valor-Trabalho” às “Teorias do Valor-Utilidade”, ponderando em particular, quanto a estas, as potencialidades explicativas da “Utilidade Marginal” de um Bem), até às mais sofisticadas fórmulas de cálculo contabilístico do custo dos fatores de produção (especificando os problemas de imputação dos custos em “Mão-de-Obra”, “Matérias Primas e Subsidiárias” e “Encargos Gerais de Fabrico” às unidades produzidas tendo em vista, nomeadamente, a fixação de preços e o controlo racional das decisões empresariais), passando ainda, em plano relativamente distinto, pela análise da formação dos preços dos bens através do mercado (em condições de “Concorrência Perfeita”, “Monopólio”, “Oligopólio”, “Concorrência

Monopolista"...)) – sabe-se, dizíamos, que, em todas estas vertentes de análise, a história do pensamento económico está recheada de referências aos fundamentos do “Valor dos Bens”.

E também é sabido, por outro lado, que nenhum aprendiz de Economia desconhece em absoluto o importante papel que as categorias analíticas destinadas a objetivar esse valor adquiriu nas construções eruditas (mais ou menos abstratas) da disciplina às quais se presume todos deverem aceder ao longo do processo de aprendizagem.

O que já não é seguro – e para mim deixou definitivamente de o ser, após a leitura do *Métier* – é que a generalidade dos praticantes da Economia tenha sistematicamente presente, no momento em que concretiza o seu trabalho, o essencial do processo de construção intelectual subjacente às categorias analíticas utilizadas e o modo específico como numa pesquisa concreta estas devem ser atualizadas. Ora, é a elisão reiterada desse processo de construção que conduz com grande frequência a tomar pelo seu valor facial, isto é, sem consciência dos respetivos fundamentos intelectuais, os nomes e categorias que povoam os seus discursos.

Nessas circunstâncias, tais nomes e categorias tendem a tornar-se (e a tomar-se como) coisas em si, enquanto a ordem verbal que os sustenta se vai transmutando paralelamente, entre os aprendizes da disciplina, na ordem que realmente as (deve) sustenta(r). Daí, aliás, poder afirmar-se, sem demagogia, que acaba por ser sempre político (e não meramente intelectual) tanto o trabalho de produção como o de desvendamento epistemológico e de distanciamento crítico-linguístico a que se submetem os instrumentos e procedimentos mobilizados pelas ciências – mesmo que (ou sobretudo quando), como é particularmente frequente em Economia, seja em torno de um conjunto de “dados” com aparência irrepreensível (tanto mais irrepreensível, aliás, quanto mais tenham eles sido tocados pela magia da quantificação) que esses instrumentos e procedimentos são balizados e mobilizados.

Dito e ponderado tudo isto, há uma outra questão epistemológica de fundo – essa só ao alcance do modo de conhecimento praxeológico – que, segundo Pierre Bourdieu, os cientistas sociais, em geral, e os analistas das práticas económicas, em particular, não devem omitir. Que é esta: nas interações em que se desdobra a vida económica concreta, o valor atribuído a um bem (e o preço que se considera “razoável” ele vir a alcançar num contexto de troca) depende do modo como a obtenção, o intercâmbio e o uso desse bem se inserem no conjunto de práticas, disposições e expectativas constitutivo de um *ethos* partilhado pelos agentes sociais envolvidos, no qual

se incluem estratégias incorporadas (mais tácitas do que intencionais, mas, ainda assim, eficazes) de preservação, reprodução e acumulação de capital económico e de capital simbólico.

São estas categorias do senso prático – e não as categorias pensadas pelos economistas com o intuito de objetivar, eventualmente sob forma hiperformalizada, “a economia” – que os atores sociais mobilizam realmente na “vida económica” concreta. Ignorá-las enquanto elemento *constitutivo* da realidade constitui uma inaceitável omissão epistemológica – e contra isso se insurgem o *Esquisse*, bem como, depois dele, a tantos outros propósitos, todas as obras de Pierre Bourdieu.

4. A leitura dos dois livros a que aludimos nos números anteriores teve também como consequência, no plano pessoal, uma vontade de rever noções estabelecidas e aceites sobre um objeto que, sendo relativamente estranho ao universo de referentes privilegiado pelo ensino/aprendizagem da Economia, acaba por se tornar particularmente familiar junto de todos aqueles que, como era o meu caso, tenham acumulado tantas centenas de horas (de facto, tantos anos “letivos”) em contacto com processos de transmissão/aquisição formal de conhecimentos. Refiro-me ao “objeto” *sala de aula*.

Afinal em que consiste “assistir a uma aula”?, interrogava-se o aprendiz de sociólogo antes disciplinadamente formado em Economia com a ansiedade que, entretanto, lhe trouxera a sucessiva e inquietante descoberta dos universos que, no mundo social, pairam para além (ou em vez?) das aparências. Assistir a uma aula não será tão simplesmente, como resulta de modo espontâneo para a generalidade dos indivíduos que nela participam, “seguir” o que diz o professor, interagindo eventualmente com ele e com os restantes indivíduos presentes neste peculiar quadro interacional de acordo com interesses, vontade e intenções *próprias*?

Na verdade, a reflexividade espontaneamente associada à intensa familiarização com o espaço e as vivências da sala de aula, cruzada, de forma dispersa e muito lacunar, com algum conhecimento sociologicamente fundado sobre o assunto, conduzia o economista em trânsito para a Sociologia a questionar, ainda que de forma elementar, essa visão sobre a sala de aula.

Difícilmente deixará de se pressentir, com efeito, inclusive na perspetiva ingenuamente funcionalista da sociologia espontânea sobre o sistema de ensino inerente a essa familiarização, que a comunicação nos espaços de sociabilidade específica que são as aulas se organiza sempre em torno de saberes, competências discursivas e valores correlacionáveis com estádios particulares

da divisão de trabalho (*função económica*) e com as correspondentes exigências de unidade e coesão moral do todo social a que pertencem (*função de integração*). Além, ou em vez, de ser considerada lugar de mero encontro e de intercâmbio contingente das condições de “professor” e de “aluno”, a escola surge, em tal perspetiva, como uma instância de preparação técnica e de formação moral através da qual se inculca nos indivíduos o conjunto de *papéis económicos e sociais* indispensável ao funcionamento (regular e regulado) da coletividade/ sociedade a que “naturalmente” se acham ligados.

A tal ideia acrescenta-se, na variante marxista da conceção em causa – bem como no próprio esquema analítico sobre o lugar e funções sociais do sistema educativo proposto, em colaboração com Jean-Claude Passeron, pelo próprio Pierre Bourdieu, em *La Reproduction* (Bourdieu, Passeron, 1970) –, a convicção de que a alegada “funcionalidade” da escola se articula sempre, nas sociedades existentes, com o sistema de diferenças sociais estruturais (em particular, as *diferenças de classe*), sendo ela, pois, sempre, uma funcionalidade restrita e restritiva que, por isso mas para além disso, contribui ativamente para a reprodução estrutural de *desigualdades sociais*, nomeadamente através da função de inculcação/naturalização das crenças e valores dominantes (de facto, um “arbitrário cultural”, dirão Passeron e Bourdieu) que, enquanto “Aparelho Ideológico de Estado”, o sistema de ensino sempre assume.

Ora, os agentes que se encontram e, por vezes se confrontam, na sala de aula não cumprem de facto, como se sugere na perspetiva funcionalista, papéis socialmente pré-determinados, nem obedecem (semi-)conscientemente, como decorre da visão marxizante, a quaisquer princípios de orientação ditados pela origem ou posição *de classe* que, no plano do conhecimento, lhes são imputadas. O que, isso sim, eles fazem é acionar, em termos aceitáveis no plano prático, e quase sempre sem intenção estratégica definida, um conjunto de disposições tácitas e de princípios incorporados de relacionamento com os outros, no qual se incluem esquemas de perceção, saberes, competências práticas, quase-automatismos, ou mesmo alguns rituais de cortesia que, no seu conjunto, lhes conferem um sentido de orientação e de relacionamento espontâneo com novas situações eficazmente atuante e só excecionalmente indutor de comportamentos anómicos – o que, entretanto, os torna, sem que disso tenham consciência, agentes de reprodução social e de confo(i)rmação classista.

Eis, em suma, a contribuição que uma análise da “sala de aula” conduzida de acordo com os parâmetros e os vetores identificados por Pierre Bourdieu como modo de conhecimento praxeológico pode trazer ao desenvolvimento do conhecimento sociológico.

5. Terminaremos a série de ilustrações sobre as diferenças entre “modos de conhecimento” que aqui nos propusemos fazer invocando outro domínio da realidade social a que Bourdieu já dava algum relevo nas obras antes referenciadas, mas cujo estudo virá a aprofundar a partir sobretudo de *Ce que parler veut dire. L'Économie des échanges linguistiques*, obra editada em 1982 (Bourdieu, 1982).

Afinal, foi-se interrogando ele nos seus trabalhos, “O que deve entender-se, na perspectiva sociológica, por ‘falar’?”.

A distinção saussureana entre *língua* e *fala*, ao fazer deslocar a atenção do analista da infinidade de *expressões da fala* para o universo restrito dos *códigos* que objetivamente as geram (rutura com as evidências do conhecimento fenomenológico corrente, segundo as quais “falar” corresponde a “*exprimir/traduzir* por palavras os sentimentos e pensamentos *de cada um* dos sujeitos-falantes”), permitiu um avanço gigantesco no conhecimento sobre as regularidades discursivas (fonológicas e sintáticas, sobretudo) atualizadas e reproduzidas pelos falantes nos seus atos de fala.

Acontece, porém, que, ao absolutizar, por uso incontrolado dos instrumentos de objetivação, a importância do código da *língua* como “gerador” da fala, muitas das versões mais formalizadas das ciências da linguagem tendem a separar artificialmente o falante das condições concretas da enunciação.

Regressar à materialidade multívoca e complexa destas últimas, sem cair na tentação de recuperar o saber espontâneo dos falantes sobre os seus próprios atos de fala, torna-se, então, o desafio a que, a propósito da análise linguística, o modo de conhecimento praxeológico tem de responder. Nesta perspectiva, as dinâmicas sociais da interação linguística (“apresentação de si”, estratégias argumentativas de persuasão, dissuasão, preservação da face, mitigação, etc.), para além obviamente do sistema de determinantes estruturais da própria situação prática de enunciação e da condição social dos falantes, passam a ter de integrar, como variáveis pertinentes, os modelos explicativos que importa considerar para restituir em termos não formalistas os atos de linguagem. Estes nunca são a atualização socialmente neutra de códigos linguísticos construídos pelos linguistas e plasmados nas gramáticas, antes sim a atualização interessada, mas tacitamente concertada, de esquemas prático-semióticos progressivamente incorporados e permanentemente reajustados pelos agentes envolvidos em redes de comunicação concretas.

6. No centro da alternativa teórica entreaberta no *Esquisse* emerge, já então, o conceito de *habitus*, entendido como conjunto de automatismos, disposições e competências pré-reflexivas que os agentes mobilizam nos contextos concretos

da ação. Trata-se de um saber mais prático e implícito do que consciente dos seus limites, poderes e gênese, mas que constitui matriz fundamental da percepção, das avaliações e das ações em qualquer formação social. Sendo o produto da interiorização nos agentes de experiências passadas que são objetivamente estruturadas (interiorização da exterioridade), o *habitus* é, ele próprio, gerador de práticas reguladas e regulares (exteriorização do interiorizado), contribuindo ativamente para a adequação objetiva (e quase sempre não-intencional) da orientação da ação em relação aos espaços e graus de liberdade estipulados pelos princípios e restrições decorrentes da organização social global.

Não se trata, com o uso insistente de tal conceito, de subscrever uma concepção ingenuamente finalista da ação social. Pelo contrário, o que com ele se pretende assinalar é que as condutas (econômicas, linguísticas, interacionais, entre outras) tendem a configurar-se como sequências objetivamente orientadas por referência a um fim, sem necessariamente serem o produto de uma estratégia consciente ou, ao invés, de uma determinação mecânica (vivida como impulso inteiramente livre e espontâneo). Os agentes caem de algum modo *na* prática que é a sua, em vez de a escolherem como projeto próprio ou de para ela serem empurrados por um constrangimento mecânico, sustenta algo provocatoriamente Pierre Bourdieu.

A análise deste processo de incorporação de propriedades estruturais do social sob a forma de *habitus* aproxima o *Esquisse* da concepção clássica de socialização. Já a ideia de o seu acionamento induzir práticas reguladas e regulares congruentes com a ordem social estabelecida remete para o quadro de análise convencional da integração social. Mas, como ficará mais claro no decurso das várias sessões deste Ciclo sobre os livros de Pierre Bourdieu, o que o sociólogo francês neles veio propor pertence a um registo intelectual diverso do que os quadros sociológicos convencionais de então tinham a propor a esse respeito.

Se se aceitar, como se defende em formulações epistemológicas com orientação racionalista, que é o modo como os problemas são formulados que, numa qualquer disciplina científica, delimita o espaço de soluções teóricas que para elas é possível encontrar, então o que de essencial distinguirá a proposta teórica de Bourdieu será, antes de mais, a originalidade da problemática que a sustenta, a saber, uma forma de interrogar a sociedade centrada na ideia de que a mesma é formada por agentes “ativos” e “inventivos”, porém desigualmente posicionados quer, em geral, na hierarquia de capitais que contam na estruturação da mesma (campo do poder), quer, especificamente, na capacidade ou disposição que detêm (ou não) para impor ou subscrever como legítimos e naturais símbolos que são eminentemente arbitrários e restritivos (poder simbólico).

## Referências bibliográficas

Bourdieu, P., Passeron, J.-C., & Chamboredon, J.-C. (1968). *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Geneva: Droz.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.

Delsaut, Y., & Rivière, M.-C. (2022). *Pierre Bourdieu, une bibliographie*. Paris: Raisons d'Agir.

Pinto, L., Sapiro, G., & Champagne, P. (2004). *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris: Fayard.



